



RESENHA

LANDULFO, Cristiane; MATOS, Doris. (orgs.). **Suleando conceitos em linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. 419 p.

Adriana dos Santos Pereira  0000-0001-8655-604X
Programa Pós-Graduação em Linguística Aplicada
Universidade Estadual do Ceará
adrika.pereira13@gmail.com

Ametista de Pinho Nogueira Silva  0000-0003-0155-4075
Programa Pós-Graduação em Linguística Aplicada
Universidade Estadual do Ceará
ametistapedrita@gmail.com

Recebido em 21 de março de 2022

Aceito em 14 de abril de 2022

Eis que, no início de 2022, às vésperas do retorno presencial à rotina das universidades brasileiras (após um longo período de distanciamento devido à pandemia do coronavírus), somos surpreendidas e presenteadas com a obra *Suleando conceitos em linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*, organizada por Cristiane Landulfo e Doris Matos e publicada pela Editora Pontes. Prefaciada por Claudiana Alencar e seus movimentos de “re-ouvir, re-memorar e re-existir” como “enfrentamentos das formas de dominação pelas linguagens que nos constituem nos fluxos” (p. 10), essa coletânea envolve 58 pesquisadoras/es¹ de diversos lugares do país

¹ Ao optarmos pela marcação linguística dos gêneros feminino e masculino em palavras usualmente marcadas apenas no masculino genérico, buscamos problematizar a linguagem hegemônica patriarcal e as formas de exclusão que ela acarreta. Concordamos com Grada Kilomba, em suas *Memórias da*

que aceitaram a rica empreitada de conceituar e problematizar questões contemporâneas, interligando os estudos decolônias em estreito diálogo com a Linguística Aplicada e olhares outros.

A seguir, apresentamos um panorama dos 47 capítulos que compõem um espaço de (re)aprendizagem, partilha, escuta, acolhida e, em especial, solidariedade “na luta contra as políticas de morte, de exclusão social, de apagamento da diferença” (p. 9). As discussões realizadas no livro partem de múltiplos saberes “produzidos no Sul e com o Sul” (p. 14), os quais convocam leitoras/es a se juntarem às/aos autoras/es para permanecer nas trincheiras da valorização científica, principalmente em tempos de desinformação, negacionismo e descaso com a vida – como os vivenciados nos últimos anos e agravados pela Covid-19. Apreciemos, portanto, os debates sobre colonialidade da linguagem, do ser, do saber e do poder, branquitude, racismo linguístico, letramento racial crítico, afrolatinidade e educação, currículo decolonial, saberes indígenas e resistência linguística, letramentos de sobrevivência, maternagem e linguagem, identidades em fluxo, performatividades interseccionais, transgeneridade e linguagem etc. Vamos a esses pontos.

Devido à crescente onda de discursos “impregnados pelo ódio à diversidade de gênero e raça e à intolerância religiosa” (p. 19), no primeiro capítulo, Deise Ferreira faz considerações sobre *Afrolatinidade e educação* apoiando-se nas próprias experiências acadêmicas e na necessidade de se construir diálogos interculturais na escola. Estes precisam valorizar as “diversas culturas e modos de vida das pessoas de origem preta oriundas da diáspora” (p. 20) para evitar silenciamentos e histórias únicas, corroborando o que determinam as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, marcos na educação brasileira que sustentam a importância da história e da cultura de matriz africana e indígena.

Compreender a América Latina “como um espaço cultural que ultrapassa fronteiras geográficas” (p. 25) foi o primeiro passo para que Acassia Rosa investigasse as *Áreas culturais latino-americanas*, que fortalecem as vozes do Sul e projetam espaços de luta em um contexto marcado racialmente por estruturas de poder (inclusive pela língua). A pesquisadora encoraja professoras/es de línguas a refletir sobre suas práticas e sobre as formas pelas quais essa temática tem chegado às instituições educacionais. Por seu turno, Gabriela Botelho problematiza o silenciamento de brancas/os frente à sua própria raça, assegurado por uma série de mecanismos de isenção social operados para garantir o privilégio branco, concebendo a *Branquitude* como neutra e universal. Trazendo para diálogo pesquisadoras/es como Aparecida Bento, Lourenço Cardoso, Luciana Alves e Lia Schucman, a autora nos instiga a encarar a branquitude não como isenta, mas como responsável, defendendo ainda o direito de pessoas não brancas de existirem em sua subjetividade.

Daniel Mazzaro parte das diversas atribuições dicionarizadas da palavra gênero para discutir uma epistemologia da *Colonialidade de gênero* na qual destaca a linguagem e suas construções simbólicas como constitutivas da noção universalizada do termo, problematizando, assim, a histórica valorização dos aspectos anatômicos como centrais nessa definição. O que fica evidente neste capítulo é a maneira como a colonialidade impõe um modo único de apreensão do mundo e o quanto devemos estar atentas/os a isso, abrindo espaço para outras formas de compreensão. Em *Colonialidade da linguagem*, Livia Baptista nos apresenta a tradição do silenciamento linguístico que vem sendo imposto por grupos hegemônicos a grupos não hegemônicos ou subalternizados, com os objetivos de garantir e perpetuar sua posição de poder. Nesse

plantação: episódios de racismo cotidiano (2019, p. 21), quando esta diz: “Parece-me que não há nada mais urgente do que começarmos a criar uma nova linguagem. Um vocabulário no qual nos possamos todas/xs/os encontrar, na condição humana”.

sentido, a autora aponta para a necessidade de desestabilização desse padrão a partir da ocorrência de novas narrativas e discursos que se opõem à lógica hegemônica.

Emilly Santos e Ygor Santana fomentam um mergulho em uma “compreensão crítica sobre as relações de poder que estão na base da invenção do que hoje chamamos América Latina” (p. 59). Assim, exploram o conceito de *Colonialidade do poder* traçando um panorama da formação social e simbólica sobre a região, pelo viés da colonialidade. A autora e o autor apontam ainda para uma “produção discursiva da dominação” (p. 60) que seria responsável pelo entrelaçamento de identidades sociais e geopolíticas, asseguradas pela dinâmica do capitalismo. Discorrendo sobre o conceito de *Colonialidade do saber*, Dina Martins Ferreira e Lucineudo Irineu problematizam “o processo de construção do conhecimento alinhado a bases coloniais” (p. 68). O referido capítulo é concebido tecendo críticas ao modelo colonialista que vigora na academia quando, por exemplo, ainda se privilegiam autoras/es do norte em detrimento de autoras/es do sul. Assim, esse capítulo é um convite para leitoras/es questionarem suas próprias experiências, que são atravessadas pela colonialidade do saber, seja como grupo hegemônico, seja como grupo subalternizado.

De modo similar, Ligia Couto e Ione Jovino discutem o conceito de *Colonialidade do ser* por meio do relato de suas experiências como coordenadoras do projeto PIBID Espanhol/Português, no qual buscaram promover a formação de bolsistas resgatando “a contribuição das culturas de origem africana para os países hispanos falantes” (p. 78). As autoras explanam vivências, ocorridas entre os anos 2011 e 2017, na elaboração de propostas didáticas para o ensino de espanhol/português que considerassem o estudo de gêneros textuais atrelado a questões sobre africanidades. Por sua vez, Henrique Leroy nos convida a conhecer a beleza do termo translingue *Corazonar*, cunhado pelo antropólogo e educador equatoriano Guerrero Arias em 2011. Leroy apresenta a riqueza do sentido que dele emana ao mesmo tempo em que nos instiga a ir além da compreensão sobre seu significado e a incorporá-lo em nossas práticas de construção do conhecimento, acadêmicas ou não. Ao definir *corazonar* como “uma sensibilidade reflexiva e uma reflexão sensibilizada” (p. 87), o autor nos lembra que é impossível separar qualquer exercício da razão da vida que pulsa dentro de nós.

Em *Corpo-território decolonial*, Eduardo Miranda estabelece um percurso de compreensão sobre as categorias corpo, território e decolonialidade o qual escapa aos cânones academicistas. Em tom poético e ensaístico, o pesquisador aborda a noção de corpo-território como tendo fundamento na tradição yorubá, que concebe o corpo em condição de igualdade com todos os outros elementos da natureza. Ao pensar em *Currículo e decolonialidade*, Cristiane Landulfo defende a ideia de não neutralidade dos currículos e propõe que pensemos em um projeto diversificado capaz de enfrentar as opressões coloniais que violentam os indivíduos, cotidianamente, dentro e fora das escolas. Para tanto, em perspectiva pós-crítica/decolonial, é imprescindível se perguntar “por que ensinar determinado conteúdo e não outro?” ou “por que privilegiar esse tipo de identidade e não outra?” (p. 101) e trazer à tona vozes e pensamentos por muito tempo silenciados.

No capítulo *Decolonialidade e surdez*, Nanci Bento traça um panorama da língua de sinais no Brasil, denunciando a pouca atenção que tem sido dada ao ensino-aprendizagem dessa língua, destacando ainda a necessidade da implementação de políticas linguísticas bilíngues que regulamentem a existência de um “currículo de Língua Portuguesa com foco nas singularidades linguísticas dos povos surdos” (p. 105). Já Ricardo Abreu se debruça nos marcos históricos do *Direito linguístico* para compreender a constituição da Teoria do Direito Linguístico e a importância de pesquisas nessa área, as quais alicerçam a “reivindicação de direitos linguísticos por

parte dos mais variados grupos minoritários (indígenas, imigrantes, comunidades surdas etc.)” (p. 113).

Também é importante destacar que Edleise Mendes entende a *Educação linguística intercultural* como um “campo de ação e de construção de saberes, práticas e epistemologias outras” (p. 125) que redimensiona os modos de ensino e aprendizagem de línguas, sob uma perspectiva insurgente, amorosa e justa. Segundo Mariateresa Muraca e Adriane Lima, “a relação entre *Educação e movimentos sociais* produz uma pedagogia social” (p. 135) criticamente engajada que se (re)faz na complexa dinâmica da realidade. Nesse sentido, a formação de homens e mulheres, imbricada em distintas motivações coletivas, como as de camponeses, indígenas e trabalhadores rurais, constitui uma das grandes lutas da atualidade.

Em um viés semelhante, Kelly Santos apoia-se nos saberes orgânicos de Nego Bispo (líder quilombola de uma comunidade rural do Piauí) e na Pedagogia Crioula de Márcia Nascimento (professora e líder quilombola de Pernambuco) para propor “aulas de inglês baseadas no giro progressista decolonial” (p. 150) e destinadas a crianças. Com essa proposta de ensino autoral, inserida na *Educação quilombola*, a pesquisadora enxerga a oportunidade de trabalhar com histórias que mesclam o pretoguês, o inglês e as vozes das/os discentes. Bárbara Pinheiro, Lorena Lacerda e Cristiane Coelho abordam a implementação da escola infantil afro-brasileira Maria Felipa em Salvador, a “cidade mais negra do mundo fora do continente africano” (p. 153). A perspectiva de uma *Escola decolonial* advém da necessidade de instituições emancipadoras e antirracistas que, desde muito cedo, desenvolvam nas/os estudantes a capacidade crítica às estruturas hegemônicas e a compreensão de que também somos “sujeitos constituídos ancestralmente” (p. 154) por africanas/os e indígenas.

No debate intitulado *Epistemicídio*, Fabio Almeida chama atenção para a estratégia hegemônica de deslegitimação de saberes não hegemônicos, o que resulta no “extermínio do conhecimento e de seus produtores” (p. 163). Conforme argumenta o autor, essa prática epistemicida está intrinsecamente marcada por formas de dominação discursiva que são reforçadas por um viés sobretudo racista. Ao esmiuçar o termo e problematizar a construção do conhecimento acadêmico, o autor nos convida a estarmos atentas/os às estratégias que sustentam esse projeto de apagamento tanto de corpos quanto de discursos que não emergem do centro.

Ao constatar que “o feminismo nasceu branco, europeu e com cara burguesa e foi se organizando em ondas”, em *Feminismos da diferença*, Cleidimar Silva (p. 170) nos apresenta uma sequência didática em língua espanhola com a música *Bien warrior*, da argentina Miss Bolívia, com vistas à discussão de pautas que ganharam notoriedade desde 2012, por meio das redes sociais, como o feminismo negro e o transfeminismo. Já em *Feminismos decoloniais*, Josane Souza questiona os lugares de fala e de ação de mulheres negras em projetos que, embora busquem equidade, ainda são construídos sob a tutela da branquitude, por exemplo: “Quais pessoas são chamadas a dar palestras para falar de suas pesquisas? Quem de fato usufrui das benesses da divulgação desse conhecimento? Quem tem autoridade para inscrever verdades ou mentiras sobre o mundo?” (p. 180, 181).

Wagner Teixeira, além de discorrer sobre o “fenômeno sócio-político-cultural da *Fluidez transfronteiriça*” (p. 183), problematizando as dificuldades de definição de verbetes tradicionais, convida leitoras/es a uma nova concepção de mundo que questione o sentido da fronteira como algo fixo. Assim, sua reflexão escapa aos ditames dicionaristas e está pautada por uma compreensão em movimento. Por sua vez, Tânia Rezende debate sobre a *Geo-ontoepistemologia decolonial*, apontando-a como uma

forma de aproximação das epistemes contracoloniais que pulsam nos “territórios de saberes” (p. 198). A autora defende que esse conceito se aproxima da existência decolonizada, indissociável e complexa que transcende qualquer concepção universalista do conhecimento.

Em meio às próprias *Identidades em fluxo*, Ivanete Sampaio, mulher negra, filha de D. Edna e seu Betinho, mãe, esposa, professora de inglês/alemão e doutoranda, destaca seu retorno à academia aos 50 anos, em plena pandemia, no qual vivencia conflitos de gerações e se adapta às novas tecnologias. Diante das demandas atuais e urgentes, a pesquisadora se movimenta por deslumbramentos e decepções como consequências da “necessidade de [se] atualizar com as novas epistemologias estudadas e discutidas, e de revisar alguns conceitos antigos” (p. 203) entrelaçados a questões de gênero, raça, classe e faixa etária.

Entendendo “raça como social, histórica e discursivamente construída” (p. 210), Aparecida Ferreira advoga por um *Letramento racial crítico* que possibilite os indivíduos a enxergar como raça e racismo impactam cotidianamente nossas vidas. Com ênfase na análise de livros didáticos de inglês, a pesquisadora constata que as identidades brancas ainda possuem maior representatividade em tais materiais. Por conseguinte, convoca-nos a refletir sobre como somos educadas/os para perpetuar desigualdades e como podemos romper com essas opressões. A partir de uma “etnografia do encontro” (p. 218), Junot Maia investiga o conceito *Letramentos de sobrevivência* por meio de experiências com pesquisadoras/es e moradoras/es do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, com o fito de compreender “as práticas culturais mediadas por escritas naquele território” (p. 215). As partilhas realizadas nessa região, hegemonicamente desenhada pela mídia, evidenciam que tais letramentos são coletivos, transgressores, criativos e tradutórios.

Camile Moura discorre sobre a urgência de um novo desenho da literatura em sala de aula para que o engessamento dos cânones ocidentais ceda espaço a “prática[s] de liberdade e transformação social, cultural, filosófica” (p. 224). Nesse redesenho, o investimento em autoras/es da *Literatura afro-brasileira*, com ênfase em intelectuais negras, contribui com debates interseccionais e críticos entre/com discentes e docentes do ensino básico. De modo semelhante, em *Literatura africana e educação*, Fernanda Pereira credita um caráter pedagógico à literatura africana – aquela “escrita por escritoras(es) africanas(os), que residam em seu país de origem ou em território estrangeiro e versem sobre contextos africanos ou não” (p. 233) –, devido à pluralidade de histórias e temas enredados nas obras ficcionais. Conforme a pesquisadora, essa diversidade, que inclui “insumos culturais, sociais, raciais, de gênero” (p. 234), poderia ser desencapsulada de imagens estereotipadas com a efetiva implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 nas escolas do país.

Alexandre Cadilhe nos faz refletir sobre o momento em que um indivíduo se torna homem e em quais situações as *Masculinidades em performance* são aceitáveis em cada espaço-tempo-sociedade. Portanto, o autor entende ser “produtivo o encontro da colonialidade de gênero e o conceito de masculinidade” a fim de desmistificar as múltiplas possibilidades de ser homem e mulher que extrapolam a “típica família patriarcal branca burguesa europeia” (p. 242). Em *Maternagem e infância*, Luciana Freitas e Gabriela Silva discutem acerca da “interação ativa entre dois sujeitos de grupos minorizados nas sociedades ocidentalizadas: mulher e criança” e, de modo autoral, defendem a “superação de um apagamento da infância como tarefa decolonial” (p. 255). As pesquisadoras põem em xeque o adultocentrismo e convidam adultas/os a ressignificarem, na sociedade contemporânea, o binômio criança/mulher considerando que nossas identidades atravessam (e são atravessadas por) memórias de nossa infância.

As experiências desenvolvidas por Valdiney Lobo e Mateus Oliveira no Colégio Universitário Geraldo Reis, em Niterói/RJ, servem de base para a discussão sobre *Materiais didáticos de reexistência* em aulas de língua espanhola. Esses materiais contemplam atividades de leitura, escrita e oralidade a partir de práticas socioculturais locais, mas com discursos globais, das/os aprendizes. “Outros *lócus* que enunciam múltiplas semioses dissidentes” (p. 247), por exemplo, o muro das ruas com grafites, os corredores da escola com cartazes, o espaço abandonado do colégio que se transformou em horta com composteira, impactam tanto o repertório linguístico das/os discentes como a capacidade crítica delas/es.

Como professoras de uma escola pública de São Paulo onde há um grande número de discentes de outras nacionalidades, Daniela Vieira e Cristiane Fialho defendem um trabalho multilíngue para garantir acesso à educação aos “sujeitos cujos países de origem estão em crise (humanitária, política, ambiental etc.) e que se deslocam para viver em outros países” (p. 266). Assim, em *Migrantes de crise e educação linguística*, as autoras reforçam a valorização tanto da língua portuguesa quanto da língua materna das/os discentes que migraram para o Brasil com o propósito de lutar “pelo direito de continuar existindo” (p. 267) de modo inclusivo e justo.

Em *Nós de colonialidade e formação docente*, Rosane Pessoa trata de três impasses que dificultam o fluxo da formação inicial e continuada de professoras/es de línguas: i) “as colonialidades enraizadas na relação entre universidades e escolas públicas” (p. 275), as quais precisam ser desconstruídas para se edificar um diálogo profícuo entre as instituições; ii) a “estruturação dos cursos de licenciatura em Letras” (p. 275), que deveria focar também em aspectos pedagógicos e ser feita a partir das reais necessidades da educação básica; iii) “o modelo de escola que existe hoje” (p. 277), que, em muitas situações, ainda prioriza o colonial binarismo docente (posicionado à frente como detentor do saber) *versus* discentes (enfileirados em carteiras como receptores de tal saber). Desatar esses nós é tarefa crucial para que a escola se transforme em um lugar de novos encontros, conhecimentos e culturas.

Em *Olhares outros*, Doris Matos problematiza a função do olhar como precursor de um giro decolonial, estimulando o diálogo com as epistemologias periféricas como essencial na prática educativa. No capítulo *Paradigma transperiférico*, Joel Windle elucida o significado do termo transperiférico destacando que este propõe uma “orientação socialmente engajada que reconhece e valoriza as relações humanas e intelectuais que surgem na periferia e alimentam o nosso pensamento, inclusive para problematizar e repensar a própria noção de periferia” (p. 291). Assim, o autor o situa nas tradições da antropologia linguística, da sociologia e da linguística aplicada indisciplinar.

Estabelecendo uma forte possibilidade de diálogo com *Branquitude*, apresentado anteriormente, *Performatividades interseccionais*, escrito pela pesquisadora Glenda Melo tem como objetivo “refletir sobre a performatividade de raça e suas interseccionalidades em contexto brasileiro” (p. 299). Ao afirmar que “raça é uma invenção eurocêntrica que partiu de pessoas brancas para denominar pessoas não brancas” (p. 300), Melo nos leva a questionar toda uma narrativa de isenção da branquitude e a reconhecer as estratégias de reescrita dessas narrativas por pessoas negras ao performar discursiva e racialmente suas existências. Henrique Freitas, por sua vez, discorre sobre mecanismos de operação da colonialidade do poder-saber como estruturantes de uma *Pilhagem epistêmica* que atua no sentido de sequestrar todo o saber dos grupos subalternizados, transformando-o em apropriação de grupos hegemônicos. O autor faz duras críticas a esse “silêncio epistemicida” (p. 311), que não

referencia o conhecimento gerado na periferia e nos incentiva a refletir sobre formas de combate a essa pilhagem.

Em *Racismo estético*, João Paulo Xavier traça um panorama histórico dessa modalidade de racismo, exemplificando as diversas formas como pode se manifestar e destacando a importância de uma educação antirracista, crítica e decolonial para superação dos padrões universalizantes de beleza impostos pela branquitude. Similar reflexão é trazida por Gabriel Nascimento quando discorre sobre as manifestações do *Racismo linguístico* desde sua origem, ressaltando que “falar de racismo linguístico é falar de uma formação linguística que é também histórica e, assim, também racista” (p. 321). No decorrer do capítulo, o autor problematiza diversos usos naturalizados de termos racistas e nos convoca a discutir essas questões desde a educação básica.

Gersem Luciano desenvolve uma argumentação acerca de *Saberes indígenas e resistência linguística* no Brasil atual, afirmando o caráter político-pedagógico das línguas indígenas e os desafios enfrentados em sua implementação e continuidade. Ademais o autor expõe um rico panorama sobre a resistência cultural e linguística desses povos através da história, evidenciando que “os povos indígenas são sociedades autônomas autodeterminadas e com culturas dinâmicas, com suas tecnologias, saberes, valores, línguas, culturas e tradições” (p. 323). Jorgelina Tallei, Júlio Diniz-Pereira e Fernanda Liberali associam a concepção de *Sentipensante* ao método de investigação participativa de Orlando Borda e à pedagogia da libertação de Paulo Freire. Na formação docente, sentipensar é um processo dialético que une o afetivo, o cognitivo e o político e no qual se propõe a construção de planos de ensino e de materiais didáticos que se originam da “arte de ouvir” (p. 335), para, a partir dos problemas locais do grupo, serem apresentadas alternativas de mudança social.

Logo em seguida, Antônio Carlos Silva Júnior discute o termo *Sulear*, instigando-nos a um posicionamento político de resignificação diante do termo “nortear”, bastante difundido tanto na academia quanto em situações de interação social mais amplas. Para o autor, optar pelo uso político de *sulear* “aciona um giro em direção a um sul que não é apenas geográfico, geopolítico e ideológico, mas também epistêmico” (p. 348). Em *Território e identidade linguística*, Lílian Latties busca “entender os efeitos da invenção das línguas nos territórios americanos [...] em detrimento das línguas indígenas e das línguas africanas (legado das populações africanas escravizadas) que coexistiam/existem, resistindo nesses mesmos territórios” (p. 353). Para isso, resalta uma concepção de território que interliga lugar físico, geopolítico e econômico às fluidas identidades dos sujeitos que vivem experiências corpóreo-linguísticas de (re)existência em meio às inúmeras disputas de poder e ao colonialismo.

No capítulo *Tradução e cultura*, Joyce Colaça explora a relação entre esses dois conceitos destacando a complexidade que permeia a transposição de sentidos de uma dada língua para outra, o que implica, para além dessa mera transposição de sentidos dicionarizados, “fazer significar em uma cultura outra” (p. 357) considerando a agência de uma individualidade criadora. Ao abordar *Transgeneridade e linguagem*, Manuela Santos trata das “corporalidades trans*” como “sujeito[s]-em-processo” e “lugar[es] de produção de conhecimento”, as quais, a partir dos anos de 1990, deixaram de ser objeto, desvio e/ou doença para se tornarem sujeitos produtores de conhecimento e, conseqüentemente, consolidaram-se como “identidades pessoais mais politizadas” (p. 369). Conforme a pesquisadora, a sensação de pertencer a uma comunidade foi possível devido às problematizações realizadas pelo Feminismo Negro e pelo Movimento Queer, potencializadas pelo advento da internet, que vem proporcionando verdadeiras trans-

formações nos estudos sobre as identidades de gênero, as corporalidades e as sexualidades.

Em direção semelhante, Fernando Zolin-Vesz argumenta em prol da *Translinguagem* como “uma abordagem ou orientação que busca abraçar a multiplicidade semiótica e sociocultural das práticas de linguagem contemporâneas” (p. 378). Dessa forma, uma pedagogia translíngue, isto é, que não adota o “conceito monocentrado de língua” (p. 380), auxilia no respeito às diferenças discursivas e socioculturais e no embate aos anseios de políticas reducionistas que mantêm o *status quo*. Em *Violência Linguística*, Danillo Silva discute, a partir de exemplo de discurso de ódio proferido pelo atual presidente do Brasil (Jair Bolsonaro), os efeitos de atos de fala violentos nas subjetividades daquelas/es que são alvo de tais discursos. O autor, porém, não restringe sua discussão às consequências nefastas desses discursos, mas ainda a estende ao enfrentamento de tais violências também pelo discurso.

Concluindo a apresentação dos capítulos, temos *Vozes do Sul*, escrito por Diego Alexandre, sob o paradigma da linguística aplicada indisciplinar. As reflexões trazidas pelo autor guardam muitas possibilidades de diálogo com *Sulear* e com as *Colonialidades*, sobretudo ao problematizar a referência ao norte global e situar suas reflexões em uma proposta de renarrar histórias, decolonizar o conhecimento e valorizar as narrativas construídas desde o sul. Estas são “contextualizadas na e a partir da contestação de paradigmas ditos fixos ou intrincáveis, [que] abrem espaço de acolhimento para um pensamento mais holístico e mais humano” (p. 397).

A compilação dos 47 textos explicitados nesta resenha constitui um importante glossário sobre estudos de decolonialidade e linguagem, abordando questões e conceitos que atravessam e formam nossas reflexões na atualidade, nos mais diversos âmbitos de atuação social. A despeito das diferentes vozes que ecoam em suas páginas, é possível perceber que há objetivos comuns que as unem nesse livro: a vontade de ampliar territórios da linguagem, de pensar outros rumos e validar novas possibilidades de existência, a partir de um *suleamento* de nossas ações e afetos, de nossa racionalidade e de nossa emocionalidade, a partir da compreensão de que novos olhares podem construir novas paisagens.

Desse modo, o livro *Suleando conceitos em linguagens: decolonialidades e epistemologias* é um convite para um pensar coletivo, um andar de mãos dadas em tempos tão sombrios, estabelecendo diálogos abertos entre diversos campos do conhecimento. Apesar de se expandir por meio de estudos sobre linguagem, o conteúdo de suas páginas não interessa apenas a linguistas ou linguistas aplicadas/os, antes pode ser lido por pesquisadoras/es de diversas áreas, assim como foi pensado para chegar àquelas/es que pisam o chão da escola, até porque é feito também por elas/eles. Portanto, ao lançar-se a um exercício de *suleamento* de conceitos em linguagem, a obra é um chamado para rompermos com modos de fazer pesquisa que estejam afastados da vida, ou que partam de uma pretensa ideia de isenção objetiva. É, antes, um convite para um diálogo entre subjetividades fluidas, decolonizadas e em constante movimento.